



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 1030/2015

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.30.006.000126/2013-62

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR OFICIANTE: JESSÉ AMBROSIO DOS SANTOS JÚNIOR

RELATOR: JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO

NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTO CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, INCISO V, DA LEI Nº 8.137/90). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELO MPF COM AMPARO NA AUSÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. REVISÃO (ART. 62, INCISO IV, DA LC Nº 75/93). NÃO HOMOLOGAÇÃO. ARQUIVAMENTO PREMATURO. CRIME DE NATUREZA FORMAL. DESNECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO. PRECEDENTE DO STF. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA DAR PROSSEGUIMENTO À PERSECUÇÃO PENAL.

1. Notícia de fato instaurada para apurar possível prática de crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90, art. 1º, inciso V), atribuída, em tese, a representante da empresa privada, que estaria vendendo carros sem emissão das correspondentes notas fiscais.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito ancorado na ausência de constituição definitiva do crédito tributário, como condição para a caracterização da própria tipicidade do crime.

3. Remessa dos autos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 62, inciso IV, da Lei Complementar nº 75/93.

4. Não homologação. Arquivamento prematuro.

5. O prévio exaurimento do procedimento administrativo para a formação da materialidade delitiva só se aplica aos crimes contra a ordem tributária previstos no artigo 1º, incisos de I a IV, da Lei nº 8.137/90, que são de natureza material.

6. O crime de que ora se cuida é de natureza formal, revelando-se desnecessário, portanto, o esgotamento da via administrativa para sua caracterização.

7. Precedente do Supremo Tribunal Federal (HC 96200, Relator Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 04/05/2010, DJe-096 Divulg 27-05-2010 Public 28-05-2010 Ement Vol-02403-02 Pp-00796 Lexstf v. 32, n. 378, 2010, p. 365-370 RT v. 99, n. 900, 2010, p. 501-504).

8. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Cuida-se de notícia de fato instaurada para apurar a suposta prática de crime contra a ordem tributária (art. 1º, inc. V, da Lei nº 8.137/90) atribuída, em tese, a representante da empresa privada PREMIUM DE CORDEIRO VEÍCULOS LTDA (CNPJ nº 10.710.365/0001-63), que estaria vendendo carros sem emissão das correspondentes notas fiscais.

O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, por entender que o crime em testilha é de natureza material, necessitando, assim, da constituição definitiva do crédito tributário para sua caracterização (f. 09).

Os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 62, inciso IV, da Lei Complementar nº 75/93.

Eis, em síntese, o relatório.

A conduta em exame, prevista, *a priori*, no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/90, descreve um crime de natureza formal, diferenciando-se dos ilícitos previstos no artigo 1º, incisos de I a IV, da mesma legislação, classificados como crimes materiais.

Nesse passo, o invocado Verbete Sumular Vinculante nº 24 do Supremo Tribunal Federal não é de incidir na hipótese, por se reportar, tão somente, aos incisos I a IV do art. 1º da lei mencionada, conforme se pode observar abaixo:

“Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.”.
Destacou-se.

Dessa forma, por versar o presente caso sobre crime de natureza formal, não há necessidade de lançamento definitivo do crédito tributário para a consumação do delito em análise.

Confira-se, a propósito, precedente da Corte Maior, *in verbis*:

“CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - NEGATIVA EM FORNECER DOCUMENTO OBRIGATÓRIO - PRESCINDIBILIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. O crime previsto no inciso V do artigo 1º da Lei nº 8.137/90 - 'negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação' - prescinde do processo administrativo-fiscal e a instauração deste não afasta a possibilidade de imediata persecução criminal. (HC 96200, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 04/05/2010, DJe-096 DIVULG 27-05-2010 PUBLIC 28-05-2010 EMENT VOL-

02403-02 PP-00796 LEXSTF v. 32, n. 378, 2010, p. 365-370 RT v. 99, n. 900, 2010, p. 501-504).”. Destacou-se.

Com essas considerações, o arquivamento do feito revela-se prematuro, pelo que voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para cumprimento, cientificando-se ao Membro do *Parquet* oficiante, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2015.

Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho
Subprocurador-Geral da República
Suplente – 2ª CCR